

Aprovado aumento de 11,5% para os servidores do Executivo e do Legislativo

O aumento de 11,5% aos servidores públicos municipais da Prefeitura foi aprovado na sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Santo Antônio das Missões desta segunda-feira, dia 16. Os vereadores também aprovaram o mesmo percentual de reajuste aos servidores do Legislativo.

O projeto de Lei que estabelece o índice para revisão geral, anual, e fixa os vencimentos emergentes da reposição salarial aos servidores do Poder Executivo estava baixado desde a semana passada. Na ocasião, o presidente da Câmara, Rômulo Barros (PSDB) cobrou o impacto orçamentário da medida. A solicitação foi atendida e o estudo enviado à Câmara. Além da reposição de 3,85% referente ao Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), haverá um aumento real de 7,15% - o que totaliza o percentual de 11,5%. A medida beneficia os quadros em extinção, de carreira do Magistério Público, aposentados e pensionistas. O vale alimentação também foi aumentado: o benefício passa de R\$ 50 para R\$ 70, reajuste de 40%. O projeto foi aprovado por unanimidade.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores apresentou o projeto que estabelece o índice para revisão geral, anual e fixa os vencimentos emergentes da reposição salarial dos servidores do Poder Legislativo Municipal. O índice é 11,5%, o mesmo do Executivo. Com já tinha os pareceres jurídicos e das comissões, mesmo sendo novo na pauta, o projeto foi votado e aprovado por unanimidade.

Aumento de 11,5% para cargos políticos fica baixado às comissões

Também foi apresentado pela Mesa Diretora três projetos que concedem revisão geral, anual e fixam os subsídios dos cargos políticos: prefeito e vice-prefeito; secretários municipais e vereadores. O índice indicado foi o mesmo dos servidores, 11,5%. Antônio Rui Pereira (PDT) questionou o aumento real aos políticos, que, no entendimento dele sobre a Legislação, teriam de receber apenas a reposição do IGP-M, de 3,85%. Claudete Druzian (PSB) também entendeu como equivocada a proposta e lembrou que no ano passado, quando ela era presidente, os vereadores tiveram de corrigir o índice com aumento real inicialmente aprovado. Presidente da Mesa Diretora, Rômulo Barros baixou os três projetos.

Aprovado projeto de operação de crédito para o Centro Administrativo

Outros cinco projetos estiveram em pauta na ordem do dia. Dois foram aprovados e três baixados às comissões.

O novo projeto de Lei que autoriza o Executivo contratar uma operação de crédito junto ao Badesul Desenvolvimento S/A – Agência de Fomento/RS, no valor de até R\$ 1 milhão, para a construção de um Centro Administrativo da Prefeitura, teve acrescentada uma emenda do vereador Antônio Rui Pereira. A alteração no projeto revoga a Lei aprovada pelos vereadores

em sessão extraordinária, dia 26 de janeiro, que autorizava o financiamento de R\$ 1.112.000,00. A emenda e o projeto foram aprovados por unanimidade.

Outro projeto aprovado é o que dispõe sobre a contratação de dois professores de Educação Infantil. Paulo César Pedroso votou contra e cobrou respeito ao plano de carreira e a realização de um concurso público. Aldo Machado (PP) argumentou que não há os profissionais necessários entre os concursados para serem chamados.

O projeto de Lei que dispõe sobre a contratação de um psicólogo, o que institui o Programa de Educação Fiscal (PMEF), com o objetivo de divulgar informações sobre as funções dos tributos, e o que autoriza o Executivo a celebrar convênio com a Apae ficaram baixados às comissões.

O vereador Cristiano Nunes (PP) apresentou uma indicação da disponibilidade de um enfermeiro para atendimento na Vila Santa Rosa. Foi aprovada por unanimidade.